



O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO FRENTE À OFENSIVA “NEOCONSERVADORA”

Carla Carolinne Alves de Carvalho Moisés¹

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo contribuir nos debates acerca do projeto profissional crítico do Serviço Social. Neste, trago a discussão sobre o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, assim denominado, apresentando os desafios e as possibilidades de sua efetivação frente à ofensiva “neoconservadora” na contemporaneidade. Para isto, tracei um percurso teórico-metodológico de pensar o processo de transformação da profissão ao longo das principais décadas históricas no Brasil até o cenário atual, marcado pelo agravamento da alienação, expropriação dos direitos dos trabalhadores e degradação da vida humana.

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Profissional; Conservadorismo.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social enquanto uma profissão construída entre projetos profissionais e societários conservadores e progressistas, vem se reconfigurando na medida em que a sociedade passa por processos de mudanças e transformações, suscitando novas exigências, demandas, funções, bem como entraves e possibilidades ao Serviço Social.

Trata-se de uma profissão que apesar das importantes conquistas a partir das três últimas décadas, em especial, na década de 90 com a vigência do Código de Ética Profissional de 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão nº8.662 de 1993, das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e do nosso projeto ético-político, a mesma ainda é atravessada e permeada por projetos em disputa na busca pela hegemonia desde a sua gênese.

Com o objetivo de discutir sobre o nosso projeto profissional frente à ofensiva “neoconservadora” na contemporaneidade, o texto a seguir apresenta, inicialmente, um breve resgate histórico da demanda pelo Serviço Social, sua construção e desenvolvimento no Brasil. A partir disto é possível apreender que há uma razão para a existência do projeto ético-político do (a) assistente social, cujas raízes históricos-sociais encontram-se nesta sociedade desigual e contraditória. Não sendo uma simples e ilusória criação daqueles que se encontram

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF).

único e exclusivamente no âmbito acadêmico, este é a expressão maior do projeto de ruptura com o conservadorismo, particular do Serviço Social brasileiro, pois, é o único país no mundo em que esta profissão ergue um projeto profissional crítico.

No segundo momento, será apresentado o surgimento do projeto ético-político, o tripé que o sustenta, seus fundamentos e compromissos. Trata-se do projeto profissional crítico da profissão, um patrimônio, essencialmente necessário e não menos polêmico.

Finalmente, o terceiro item dá algumas indicações para a reflexão sobre a ofensiva “neoconservadora” inspirada na ideologia neoliberal, nas tendências do chamado “pós-modernismo” e do racionalismo “formal-abstrato”, fazendo uma articulação com as repercussões no exercício profissional e na efetivação do projeto profissional crítico. Sabendo que o cenário contemporâneo é favorecedor da reatualização de projetos conservadores na profissão, o texto termina dando algumas pistas para o processo de enfrentamento da onda “neoconservadora”: organização, resistência e luta.

2 RESGATANDO O TRABALHO PROFISSIONAL E OS CAMINHOS DA PROFISSÃO NO BRASIL

A gênese do Serviço Social no Brasil é marcada por um período de profundas transformações societárias que influenciaram direta e indiretamente no modo de construção e de desenvolvimento da profissão, ou, nos temos de Ortiz (2010) na imagem social e na autoimagem profissional. De acordo com Netto (1996) compreender o processo de instauração do Serviço Social no país requer situá-lo mediante a um duplo movimento: do capital que rebate no âmbito Estatal e o movimento de fortalecimento da Ação Católica no Brasil.

O primeiro movimento, em linhas gerais, refere-se à consolidação do modo de produção capitalista no Brasil e a inserção deste país neste sistema de forma dependente e periférico do capital estrangeiro, na era dos monopólios.

É que vivendo na dependência de mercados externos e longínquos, voltando-se a produção para fora e tendo-se estabelecido não para atender às necessidades dos próprios produtores, mas de um comércio estranho e fora de seu alcance e influência ponderável, o Brasil ficou necessariamente em posição subordinada, sempre na dependência de conjunturas sobre as quais não tinha e não podia ter a menor ação. O Brasil viveu no curso de toda a sua história, e ainda vive em função das flutuações de mercados longínquos que podem fazer sua fortuna ou miséria, sem que ele nada possa dizer na matéria [...] (JÚNIOR *apud* IANNI, 1996, p. 56).

Deste modo, não se pode negar os rebatimentos do movimento do capital na dinâmica da vida social, em especial, nas condições de vida e de trabalho da classe operária, pois, com a transição do modelo agroexportador brasileiro para o advento do processo de

industrialização, a classe trabalhadora se encontrava em condições deploráveis em todos os quesitos. Este cenário marca a chamada “questão social” que de acordo com Iamamoto e Carvalho (2012) é um fenômeno inerente à generalização do trabalho assalariado livre, isto é, da relação contraditória entre aqueles que vendem a sua força de trabalho em troca de um salário e daqueles que se apropriam dela e de toda a sua riqueza socialmente produzida.

A Ação Católica na busca de “recristianizar” a sociedade se apoia na criação do Serviço Social para alcançar seus objetivos, ou seja, ela dá o tom que a profissão deve seguir, mas o seu surgimento se dá através da intervenção do Estado. Assim, ocorre o processo de institucionalização do Serviço Social vinculado à criação das grandes instituições assistenciais e de prestação de serviços sociais vinculadas ao Estado e aos setores das classes dominantes que ao implementarem políticas sociais, demandaram a presença deste profissional para executá-las.

Deste modo, “não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa” (NETTO, 1996, p.17), pois, se nos reduzirmos a uma perspectiva endogenista da profissão considerando-a como mera evolução da ajuda e da caridade estaremos perdendo de vista toda a riqueza que comporta a sua gênese, riqueza esta que por tal tamanho este breve percurso histórico-social não pretende esgotá-la.

O Serviço Social enquanto uma profissão que participa do processo de produção e reprodução das relações sociais possui uma utilidade social e, portanto, um produto resultante dos processos de trabalho em que se insere (IAMAMOTO, 2013). O produto da sua prática profissional atinge tanto o âmbito material (produção e reprodução da força de trabalho) como ideológico. Sua função pedagógica incide nas formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos com a qual se relaciona, isto é, na formação de uma determinada cultura (ABREU; CARDOSO, 2009). Pode-se dizer, assim, que as práticas educativas que constituíram o Serviço Social por longos tempos vincularam-se a estratégias educativas de caráter subalternizantes.

De acordo com Netto (2011) “a instauração da autocracia burguesa cria os suportes histórico-sociais para a evicção do Serviço Social “tradicional”” (NETTO, 2011, p.136) com a erosão de formas já consagradas pela categoria profissional. A crítica ao chamado “Serviço Social tradicional” de “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal burguesa” (NETTO, 2005, p.6), de neutralidade, de não espaço para a diversidade, se expressa em um cenário mais amplo e com um contexto social e político favorável à Reconceituação do Serviço Social na América Latina em 1965. Em contrapartida, no Brasil, devido ao cenário de ditadura empresarial militar (1964-1985), o que tivemos foi uma Renovação do Serviço Social.

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, abarca três perspectivas: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Esta última perspectiva manifestou a pretensão de romper com o projeto conservador que banhou a

profissão por tantas décadas. Em 1979, ocorreu, em São Paulo, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o “Congresso da Virada”. Este processo remonta ao momento em que

Assistentes sociais começam a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A “Virada” teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Dali em diante, a realidade em sua dinamicidade e dimensão contraditória torna-se o chão histórico preñado de lições cotidianas por meio do protagonismo das lutas da classe trabalhadora (CFESS, 2009, p.1).

Assim, “a existência deste “Serviço Social crítico” – que hoje implementa o chamado projeto ético-político – é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo” (NETTO, 2005, p.18) redimensionando assim a imagem e a autoimagem do Serviço Social contemporâneo, afinada segundo Ortiz (2010), com os interesses da classe trabalhadora. É a partir deste momento e deste breve percurso que podemos encontrar bases para compreender a profissão tal como ela é hoje, isto é, seus compromissos, valores, princípios e fundamentos, cujo objeto de trabalho são as múltiplas expressões da “questão social” “tradicionais” e emergentes, encontrando-se na luta pela viabilização do acesso aos direitos sociais que cotidianamente estão sendo desregulamentados e violados diante da atual conjuntura amplamente desfavorável para o conjunto da sociedade.

2.1 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

De acordo com Braz (2008) foi no final dos anos 1970, especialmente, em 1979 com o “Congresso da Virada” que brota este novo projeto profissional. O mesmo avança nos anos 1980, devido ao cenário de redemocratização da sociedade brasileira e de ressurgimento das lutas sociais por direitos que alimentou a direção sociopolítica do projeto profissional devido ao engajamento do Serviço Social neste processo. Se consolida na década de 90, ancorado nos estatutos legais, a saber: a Lei de Regulamentação da Profissão (nº8.662/93), Código de Ética do Assistente Social de 1993 e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, constituindo seu tripé. Trata-se de um projeto que se encontra em constante construção, por ser inerente a uma realidade mutável, e que coloca em xeque, a todo momento, a possibilidade de sua efetivação, tendo em vista, o avançar da ofensiva neoliberal, portanto, “neoconservadora” no cenário contemporâneo.

O projeto ético-político do Serviço Social se ancora em valores, compromissos e princípios emancipatórios que vão na contramão do projeto de sociedade baseado na banalização da vida. Segundo Forti e Coelho (2015), os fundamentos do nosso projeto

profissional crítico, de caráter progressista e democrático, ancoram-se nos fundamentos da teoria social Marxista², sobretudo na questão da produção social e do trabalho como categoria fundante do ser social.

É por meio do trabalho que o homem garante a produção e reprodução de sua vida material e espiritual. É na relação do homem com a natureza que este ao transformá-la também se transformou, adquirindo novas habilidades, capacidades que passaram a ser socializadas ao longo dos tempos. Este processo se dá pela capacidade do pôr consciente do ser social, isto é, a capacidade teleológica, de pensar e projetar³ um produto fruto do processo de trabalho e, por fim, de valorar. Porém, com a consolidação do modo de produção capitalista e o pressuposto do trabalho assalariado, as relações entre os homens e entre estes com a natureza passaram a ser mediatizadas por uma intensa e perversa alienação⁴. O trabalho enquanto uma atividade criadora e livre⁵ passa a ser exteriorizado, visto como um mero gasto de energia, cuja finalidade é o alcance dos máximos lucros por meio da superexploração da força de trabalho.

Assim, a defesa do nosso projeto ético-político é por uma sociedade livre das amarras do capital, o que pressupõe a eliminação da exploração em todos os seus sentidos. Os 11 (onze) princípios do Código de Ética Profissional de 1993 deixam claro os compromissos deste projeto profissional. Portanto, “no âmbito desta problematização, reivindicamos a construção de projetos profissionais que nos permitam fazer a “crítica ontológica do cotidiano”, de modo que, por meio deles possamos tornar nossa prática profissional consciente” (GUERRA, 2007, p.12), isto é, construir e materializar um projeto que funcione como uma farol para o exercício profissional, permitindo-nos transcender a heterogeneidade, a imediaticidade e a superficialidade extensiva peculiares à vida cotidiana, dos quais se encontram o Serviço Social e a população usuária.

Refiro-me a um projeto que conforma a nossa identidade profissional e que se vincula a um projeto societário de transformação da ordem social vigente por outra justa e igualitária. Trata-se de um projeto profissional hegemônico, uma vez que é este quem dá a direção social e política, isto é, que ilumina à ação do (a) assistente social. Porém, é um projeto que respeita o pluralismo ao reconhecer a existência de projeto alternativos formulados por sujeitos coletivos heterogêneos com visões de mundo e de profissão contrárias ao que o projeto ético-

² Cabe sinalizar que a teoria marxista não é pensada para uma determinada profissão, mas sim, para análise da realidade, uma vez que a realidade (a prática) prescinde a teoria.

³ O que caracteriza o ser social é a sua capacidade de realizar projetos, ou seja, de projetar na consciência aquilo que se torne visível, tangível e palpável.

⁴ Com a alienação as relações entre os homens, tornam-se, relações entre coisas, relações descartáveis. O homem passa a não reconhecer os frutos do seu trabalho, bem como não se reconhece como sujeito histórico central e imprescindível neste processo.

⁵ Sobre a liberdade humana, que não é possível numa sociedade de classes (pseudoliberalidade), Barroco (2008, p.59) afirma que “a liberdade é ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas”.

político defende. Há diversidades e tensões no próprio seio da categoria que somadas ao projeto de sociedade do grande capital, obstaculiza a efetivação do projeto profissional crítico.

O caráter conservador do projeto neoliberal se expressa, de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história; e, de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais acumuladas são transformadas em “problemas ou dificuldades”, causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados (IAMAMOTO, 2009, p. 2).

Neste cenário, as profissões como elemento constitutivo da vida social, sofrem rebatimentos deste processo. Observa-se a flexibilização das relações de trabalho que se desdobram na precarização das condições de trabalho - materiais, institucionais, físicas e financeiras – e dos vínculos contratuais, por tempo determinado, com baixos salários e acréscimos nas jornadas de trabalho. Acirra-se a lógica da competitividade, da meritocracia, do individualismo e dos famosos ditados “farinha pouca, meu pirão primeiro” e “salve-se quem puder” o que enfraquece, fragmenta, desarticula as categorias profissionais, em especial, os (as) assistentes sociais de se unirem não só como categoria, mas, de se articularem à luta mais ampla da classe trabalhadora e formar uma frente anticapitalista.

2.2 A OFENSIVA “NEOCONSERVADORA”

Primeiramente, cabe situar, que considero como “neoconservadorismo” toda perversidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Considero ainda, como uma nova roupagem do velho, com novas demandas, porém, muito mais avassalador. O que significa os discursos de “reformas” na conjuntura atual? “Reforma” para que e para quem?

No léxico conservador, as reformas constituem pequenas mudanças nos estritos limites do tradicionalismo e funcionam como importantes estratégias de prevenção de situações revolucionárias. São mudanças localizadas, específicas, transitórias, pontuais, paulatinas, absolutamente necessárias para evitar a degradação de algum traço da tradição. Uma concepção de reforma, como se pode notar, contraposta àquela produzida pela melhor tradição marxista (SOUZA, 2015, p.16).

Assim, situo o quadro da ofensiva “neoconservadora” no mundo contemporâneo, principalmente, a partir das três últimas décadas, em que se verifica um conjunto de “transformações societárias que afetaram diretamente o conjunto da vida social” (NETTO, 1996, p. 87). Trata-se de uma ofensiva no âmbito social, econômico, político, ideológico e cultural, com refrações que recaem sobre a sociedade e com grandes implicações sobre o Serviço Social e o seu projeto profissional crítico.

De acordo com Simionatto (2009), as repercussões neste projeto profissional podem ser analisadas a partir de dois âmbitos: o campo do conhecimento e do exercício profissional. Sabemos que este projeto profissional é orientado pela “razão dialética” com base na teoria marxista. Porém, a avalanche “neoconservadora” tonifica a razão instrumental, isto é, fortalece o distanciamento dos paradigmas críticos, bem como reforça a ideia de que “na prática a teoria é outra”, fragmentando o exercício profissional e desarticulando o tripé da competência profissional⁶. Esta lógica, voltada para o saber imediato, tende a enfraquecer o nosso projeto profissional e abrir caminhos para a reatualização da prática pontual e burocratizada.

O exercício profissional, entrelaçado às requisições do próprio cotidiano, se não forem alvo de reflexões e posicionamentos críticos pode resumir-se, a uma prática imediatista, pragmatista, superficial e conservadora, inspirado nas tendências da “pós-modernidade”. E porque falar em “pós-modernidade”? Bom, “investir na pós-modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo” (NETTO, 1996, p.118). De acordo com Anderson (1999), a primeira referência ao termo “pós-modernismo” caracterizava-o como “um refluxo conservador dentro do próprio modernismo”, isto porque, como podemos falar de uma sociedade pós-moderna, se o cerne da sociabilidade burguesa não foi colocado em xeque?

Deste modo, o que presenciamos não é nada mais, nada menos, que o “reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” (JAMESON, 2007, p.16). Ao negar a modernidade, essa barbárie proporcionada pelo modo de produção burguês remonta a presença de um “neoconservadorismo” cuja finalidade é a legitimação deste modo de produção antagônico.

A “pós-modernidade” como representante cultural da lógica do capitalismo tardio, tem como “missão” ocultar de todas as formas e meios a possibilidade do homem de ter um conhecimento crítica sobre a realidade social. Trata-se de viver o aqui e o agora, a aparência, o que está posto como algo dado, natural. Enquanto isso, se intensifica o processo de burocratização da vida humana e social. Refiro-me, ainda, como bem versa Barroco (2011), a presença de uma cultura do medo social, da insegurança, da repressão e punição dos pobres, da criminalização dos movimentos sociais, legitimação da ordem, da hierarquia, do autoritarismo, de atitudes preconceituosas e moralizantes que caem perfeitamente nesta sociedade marcada pelo uso da violência em detrimento da manutenção do poder.

Logo, estamos sujeitos, enquanto categoria profissional, ao revitalizar de práticas educativas subalternizantes conforme estas tendências econômicas, sociais, políticas,

⁶ De acordo com Sousa (2008) as dimensões que configuram o tripé da competência profissional, são: Ético-Político, que diz respeito ao posicionamento e compromisso político com a classe trabalhadora; Teórico-Metodológico, que constitui a apropriação de um referencial teórico crítico para a leitura da realidade social; e, Técnico-Operativo, que refere-se ao saber fazer.

culturais e ideológicas no âmbito do Serviço Social. Neste sentido, a luta empreendida pela profissão na defesa de seu projeto profissional crítico, não pode perder de vista, neste cenário, a luta contra toda e qualquer estratégia do pensamento conservador de se fazer hegemônico na sociedade. Assim, torna-se essencialmente necessário a adoção da perspectiva crítica para desvendarmos em que discursos, práticas, ações, se esconde e ao mesmo tempo se manifesta o “neoconservadorismo”.

Para o processo de enfrentamento dessa onda “neoconservadora”, Barroco (2011) fornece, em um primeiro momento, estratégias que a categoria profissional pode e deve se utilizar nesta ceara. É preciso que o Serviço Social saiba se organizar politicamente a ponto de se articular com as suas entidades representativas, com o âmbito acadêmico, com profissionais da ponta, bem como, com os sindicatos, partidos, movimentos sociais que comungam dos mesmos ideais desta profissão na perspectiva de (re) afirmação da direção social e política do nosso projeto profissional.

Nesse sentido, é necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, organicamente integrado aos movimentos sociais e instâncias de organização política de segmentos e grupos sociais subalternos, o que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos massivos de organização sindical e social, a partir da década de 90 (IAMAMOTO, 2014, p. 200).

Para isto, é preciso ocuparmos e qualificarmos os espaços de discussão e entendermos que o conservadorismo não se inicia e não se acaba no Serviço Social, pois, fazem parte aos fundamentos da vida social. Se a conjuntura é favorável para a reatualização de projetos conservadores, imagina-se no âmbito de uma profissão, como o Serviço Social, que possui raízes históricas atreladas a este projeto. É intrínseco à nossa trajetória profissional. Mas, também, temos uma história de ruptura. Portanto, os (as) assistentes sociais não estão isentos deste retorno que tampouco foi totalmente rompido, pois, ainda há segmentos dentro da categoria que fizeram e ainda fazem a opção política pelo conservadorismo, o que vem trazendo implicações frente a necessidade de efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, pois, o conservadorismo não se encontra apenas nas formas de pensar, mas, também, de agir.

Sendo assim, para o que precisamos nos atentar? Para um trabalho que não se volte às ações policiaiscas, moralista, discriminatórias, seletivas, entre outras. Para isto é necessário dar visibilidade a este processo através de discussões coletivas nos mais variados espaços, com as demais categorias profissionais, com a população usuária, com os movimentos sociais, o que requer uma organização política destes com vistas ao enfrentamento desta ofensiva, pois, como bem nos afirma Iamamoto (2013, p. 17), “o momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual quadro sócio histórico é extremamente convidativo, persuasivo e suscetivo a formas de pensar e agir dos homens em sociedade de modo muito limitado e acrítico. Trata-se de uma conjuntura de recrudescimento dos desafios postos à profissão diante de um pesado fardo de retrocesso. A realidade, muitas das vezes, faz-nos cair no fatalismo, fazendo com que muitos acreditem no que está posto, isto é, o que se encontra no campo da aparência. Desta, não estão imunes as profissões, especialmente, o Serviço Social. Portanto, cabe a esta categoria a luta, resistência e a vontade política. Em nenhum momento afirmo que enfrentar o conservadorismo nesta sociedade seria uma tarefa fácil, mas também, não é impossível. A qualificação ético-política, teórico-metodológica e técnica operativa sintonizada com as armadilhas dos tempos atuais é um dos caminhos que o Serviço Social pode buscar com vistas a dar mais um salto qualitativo no entendimento acerca destas “novas” propostas para a sociedade, seus rebatimentos na profissão e, principalmente, na direção social e política do nosso projeto ético-político.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. **Mobilização social e práticas educativas**. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.

ANDERSON, P. **As origens da Pós-Modernidade**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. In Revista Serviço Social e Sociedade, nº106, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o projeto ético-político**. In: Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região, 2008.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). CFESS Manifesta, 30 anos do Congresso da Virada. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da humanidade**. São Paulo, 2009.

FORTI, Valéria e COELHO, Marilene. **“Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional”**. In: FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (orgs). Projeto Ético-Político do Serviço Social: Contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

GUERRA, Y. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº91, ano xxviii, São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional – 24. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. MOTA, Ana Elizabete e et al. (org) In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil Moderno**. 2ª. Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.

JAMESON. Frederic. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Editora Ática, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Movimento de Reconceituação, 40 anos depois**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84, 2005, p. 5-19.

_____. **“Transformações societárias e Serviço Social”**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, nº50, ano XVII, abril, 1996.

SIMIONATTO, Ivete. **As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política**. In: ABEPSS/CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social**: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Revista Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): p. 119-132, 2008. Disponível em: <http://uepg.br/emancipacao>.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunção de. **O conservadorismo moderno**: esboço para uma aproximação. In Revista Serviço Social e Sociedade, nº122, Cortez: São Paulo, abr./jun.2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf>